

O PORTUGUÊS VISTO POLO INSTITUTO DA LINGUA GALEGA
DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ

JOÁN CARLOS RÁBADE

AGAL

Na presente comunicação oferecemos, em primeiro lugar, um "corpus" de conceitos e de teses que aparecem formuladas no livro intitulado "Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego" (1982), do que figuram como autores "Real Academia Galega" e o "Instituto da Língua Galega" da Universidade de Santiago. O citado texto foi aprovado como ponência numha sessão conjunta da "R.A.G." e "I.L.G." a 3 de Julho de 1982.

Umha vez realizada a selecção dos textos e contextos em que figura citado o termo "português", quer diacrónica quer sincrónicamente, analisamos os valores e acepções que contêm para os que redigiram as "Normas", para numha segunda fase construirmos umha crítica dos postulados de que partem.

Afinal organizamos umhas conclusões em que fica recolhido de umha forma mui singela o posicionamento do "Instituto da Língua Galega" da Universidade de Santiago a respeito da cultura e língua portuguesa.

PORTUGUESE VIEWED BY THE INSTITUTO DA LINGUA GALEGA
OF THE UNIVERSITY OF SANTIAGO DE COMPOSTELA

This communication starts with the proposal of a "corpus" of concepts and theses presented in the book "Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego" (1982), published by the "Real Academia Galega" from the University of Santiago. This text was approved as official in a joint session of "R.A.G." and "I.L.G.", on the 3rd of July 1982.

Once selected the texts and contexts which include the expression "português", either diachronically or synchronically, we analyse the values and assumptions suggested by those who wrote the "Normas", in order to enable us, as a second step, to criticize the postulates at stake.

We finally present conclusions which show, in a very simple way, the position of the "Instituto da Língua Galega" from the University of Santiago concerning the Portuguese culture and language.

"Se nos formos basear nas divergências dialeccais para proclamarmos a nossa independência lingüística, se nos formos ater às leves diferenças fonéticas, morfológicas, sintácticas e semânticas para fundamentarmos a existência da "língua brasileira", então logicamente teremos levantado um problema sem resposta."

(GLADSTONE CHAVES MELO, A língua do Brasil, 1981, p. 38)

É um facto bem conhecido que os estados ou nações multilíngues são sempre fontes de problemas sociolinguísticos e que estes problemas são, em geral, menores nos estados e nações em que existe um nível de vida alto e uma importante sofisticação tecnológica. Na Galiza, uma pequena nação do Estado Espanhol, o problema sociolinguístico é muito importante pois não conta com um nível de vida alto, constituindo assim um claro expoente dos conflitos que se derivam do binómio língua e economia.

Além da inquestionável importância deste binómio, temos de fazer referência a um segundo binómio, o de língua e política. Desde o ano 1936 até o ano 1975, grosso modo, o idioma da Galiza não tinha os seus usos relativamente estabilizados pelas instituições sociopolíticas, vivia reservado para certos âmbitos de comunicação (níveis familiar e coloquial, apenas existente como língua escrita e com pouca presença como língua literária), pois a nossa língua era con-

siderada, nalguns sectores, como "inferior". Por este motivo, o único importante nessa altura era tornar normal ou regularizar esse idioma e, num segundo lugar, a bastante distância deste, estava a elaboração de umha série de preceitos e instruções, encaminhados a conseguir umha língua de prestígio a imitar, que se manifestasse num conjunto de normas de recta escrita; isto é: a construção de umha língua padrão.

Com a morte do ditador aparece umha mudança na situação política e paralelamente na situação linguística. Segundo vam passando os anos da década de 70 e entramos na década de 80, a língua galego-portuguesa na Galiza passa a ser considerada a "língua própria da Galiza", mas co-oficial coma língua do império: o espanhol. Chegados a estes dous últimos anos (1984 e 1985) abundam as declarações políticas e jurídicas tendentes a "normalizar" o idioma do nosso país, que na realidade nom som mais que manifestações de carácter teórico, pois na prática pouco ou quase nada se tem avançado, pois já no começo desse processo de normalização nom se tiveram em conta todas as aportações que levam feito a Sociolinguística, a Psicolinguística e demais ciências da linguagem, e de aí o fracasso.

Assi como presenciámos umha declaração de intenções por fazer normal a nossa língua, também a partir do ano 1975, aproximadamente, surge com umha enorme força a necessidade de normatização deste idioma, e vai ser neste ponto, a normatização, onde se vai produzir um conflito linguístico-político que divide os posicionamentos de muitos galegos. este conflito, de modo mui resumido, aparece bifurcado em duas tendências:

a) Os defensores da autoridade exclusiva e absoluta do uso comum, inclusive vulgar, quer dizer, os defensores da tese já clássica de escrever como se fala, que de modo paralelo sustentam que galego e português nom já desde o século XII duas línguas irmãs, mas

diferentes.

b) Os partidários de considerar o galego e o português como normas cientificamente reconhecidas de um mesmo sistema linguístico, e seguidores dos critérios e teorias dos mais importantes romanistas, assim como também das afirmações presentes na história do nacionalismo galego, baseando os seus postulados na tradição e na história da nossa variante.

Se bem é verdade que na Galiza a história da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX achamos abundantes exemplos da tese reintegracionista, isto é a tese b), até tal ponto que podemos afirmar que sempre foi por esse caminho todo o relacionamento com a normatização da língua galego-portuguesa na Galiza, a partir do ano 1967, grosso modo, e desde a Universidade de Santiago de Compostela, vai arrancar a defesa da tese de "escrever como se fela", tese que única e exclusivamente vai avançar por contar com o poder económico e depois do ano 1980 com o poder político. A aprovação pelo Governo galego de "Alianza Popular", partido político que é um bom representante da sobrevivência da ditadura, disfarçada de democracia, é umha prova clara dos elementos que dirigem o labor de normatização do idioma da Galiza. Como fruto desta situação política, duas instituições, a "Real Academia Galega" e o "Instituto da Língua Galega", da Universidade de Santiago, elaboraram as Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego, que constitui, em linhas gerais, o ideário dos anti-reintegracionistas e vai ser sobre as referências ao português do presente livro sobre as quais vamos construir e elaborar o nosso trabalho.

A nossa comunicação tenta fazer umha pequena análise dos critérios que apresenta o Instituto da Língua Galega, entidade que é na realidade a verdadeira autora do trabalho a respeito do português. Os materiais que seleccionamos para a nossa crítica com alguns daqueles textos em que se regista o vocabulário português

acompanhado ou nom de outros segmentos;fazemos esta delimitaçom por razoms de concreçom.

As nossas achegas dividimo-las em dous blocos:

a)Análise da tese fundamental, assinalada na pág.8 das Normas e que afirma que o galego é umha língua irmã,mas diferente do português.Neste primeiro bloco veremos alguns exemplos em que o Instituto de Língua Galega (abreviadamente I.L.G.) assinala os traços para provar essa diferença - se é que aparecem -;a presença da palavra diferente e o valor que encerra nesses contextos,assí como a apariçom de elementos de carácter adversativo - a conjunçom "pero".

b)Crítica dos princípios de que partem tais Normas e mais concretamente a declaraçom de que as escolhas normativas devem ser harmónicas com as das outras línguas,especialmente com as romances em geral e com a portuguesa em particular.Neste apartado pretendemos comprovar se harmonizam ou nom com o português ou propriamente com o espanhol.

De umha simples leitura do livro,a tese fundamental de que o galego e português som duas línguas diferentes é ,indubitavelmente,a mais frequente.Esta afirmaçom,porém,nom sempre aparece claramente expressada,embora registemos a palavra diferente em várias occasions (um total de 6 vezes).O I.L.G. noutros casos utiliza a conjunçom adversativa pero ,justamente para marcar essa diferença,ou outros sinais gráficos ou elementos léxicos,como passamos a provar.

1.Presença da palavra diferente.

Já desde o início (pág.8) podemos achar este vocábulo:

a)"O punto de partida e de chegada em calquera escolla normativa ha de ser sempre o galego,que non debe sacrifica-las suas características propias e relevantes en beneficio das dunha lingua irmã,pero diferente".

A este respeito,no Estudo crítico feito pola nossa associaçom

às Normas já se tem assinalado que quando se cita o português é para salientar as diferenças entre a norma padrão portuguesa e a que o I.L.G. propom para o galego e poucas vezes se incide na necessidade de distinguir o galego da norma padrão espanhola. Além disso, também se afirma no Estudo as razões pelas quais hoje galego e português podem aparecer como duas línguas: é única e exclusivamente pela pressão do espanhol e não pelas "evoluções espontâneas" de que falam os autores das Normas.

Na página 39 deste livro declaram:

b) "A história do sufixo -bilis é complexo e diferente no galego e no português."

Todo isto para defender como galega a solução -ble, indicando que se impuxo "como única solución en todo o territorio galego". Mas o que não se manifesta é que "as palavras em -ble varreram da fala a solução genuína e espontânea -vel. O facto de que se documente hoje no Norte de Portugal -ble, que poderia interpretar-se como um "interesse" por harmonizar como o português deve-se a uma "síncopa do e, frequente na fala coloquial" (Estudo, pág. 74).

Na página 40 lemos:

c) "O português comporta-se de modo em parte diferente devido a uma evolução fonética particular: mantém a sequência -eo nos cultismos esdrúxulos (pétreo), mentres que os cultismos graves acomodados em -eu (ateu, pigmeu), debido a que nas palavras populares não tem senón as terminações -éu (céu, réu, véu) ou -eio (receio, cheio, freio, arqueio, bloqueio), segundo as suas próprias leis de evolução fonética diferentes das do galego".

Os autores das Normas devem entender que as Cantigas de Santa Maria são um texto só português e não galego-português, pois formas como as que eles indicam estão registadas na obra de Afonso X, demonstrando estes exemplos (Estudo, pág. 75 e 76) que a "terminação -eu era a preferida à terminação grave -eo, em palavras mesmo não patrimoniais".

Além disso, a realidade actual do galego, o galego vivo hoje, é um claro expoente disto, e assai aparece em trabalhos como no do Léxico de O Grove, da minha autoria. O texto do I.L.G., como sempre, só procura diferenciar o que nom é diferente.

Na pág. 64 lemos:

d) "En portugués a situación é diferente, pois a carón de nin-
guém ten nenhum (e nenhures)"

Os autores nesta ocasión elaboram un amplo discurso para justificar a forma ningún como normativa para o galego, razóns todas elas rebatidas na pág. 92 do Estudo, pois a forma nengún aparece registada em autores modernos como Rosalía, está viva na fala. Se nin-
gum predomina na fala sobre nengum é só pola presión das formas españolas ningún, ninguno.

Na pág. 73:

e) "Graffas arbitrarias do tipo comeron-no obrigan a unha pronunciación [koméron-no], que representa unha fase da fala totalmente superada. A súa reintrodución na escritura só se explica por adopción do sistema fonético e morfolóxico do portugués, moi diferente neste punto ó do galego xa que aquel idioma mantén a nasalidade vocálica!"

Esta afirmación demonstra nom distinguir entre a fala e a escrita e, por outra parte, por que nom se harmoniza com o portugués neste punto? A resposta é que é un idioma muito diferente.

2. Outro recurso utilizado para demostrar essa diferenca é a adversativa "pero":

a) "Pero os cultismos o portugués trátalos de modo vacilante..."
(Normas, pág. 42).

Se existe essa vacilação, por que nom a pode haver em galego? O melhor, como se assinalano Estudo é a liberdade.

b) "En portugués moderno prougue, etc. passou a prouve, etc. (por analogía con houve). Pero em galego aínda que hoxe xa nom se rexistre na

fala, prougo, etc. debeu ter unha vitalidade considerable, mesmo depois do século XV" (Normas, pág. 11).

Sendo prougo unha forma já morta no galego actual, por que recuperar esta e nom a solidária com o português? Consideramos que o I.L.G. alega sempre qualquer motivo antes de fazer harmonia com o português, mesmo em casos tam ridículos como este.

Exemplos semelhantes poderíamos citar muitos mais, mas están suficientemente tratados no nosso Estudo e nom queremos incomodar.

Mas, a que se deve manter o I.L.G. esta teima de galego e português serem idiomas diferentes? Nós cremos que, de unha forma global e nom só nos casos citados tergiversam a realidade com erros claros, verdades a meias que ocultam dados, falseamento da realidade ou incongruências manifestas (vid. casos assinalados no Estudo na pág. 40).

Assi defendem unha série de princípios de maneira hierárquica, de que parte a sua prática linguística que, tirante o segundo princípio que resulta relativamente airoso, os três restantes entram dentro dessa característica geral de falta absoluta de honestidade na explicação das formas linguísticas por eles defendidas.

O primeiro princípio, portanto hierárquicamente o mais importante (vide Normas págs 7-8), pode resumir-se no sentido de que as formas escolhidas pola normativa galega tenhem de ser fiéis à fala, mas limpas de pressom do espanhol. Isto levado à prática é completamente falso na segunda parte do postulado. Se bem é certo as Normas pretenderem ser fiéis à fala, nom é menos certo que a sua característica principal é a sua dependência do espanhol, porque a própria fala galega está profundamente espanholizada ao ser o espanhol, paradoxalmente, o único padrom culto existente para os falantes espontâneos do galego, reduzido o seu uso especialmente a língua de uso coloquial das classes mais baixas, das classes da cultura e da língua dominada em todas as frentes, sendo de uso exclusivo, tanto formal

como informal, o monolinguismo em espanhol por parte das classes dominantes.

Por isso, o I.L.G. situa-se numa disjuntiva difícil de superar e que não supera: não se pode ser estritamente fiéis à fala sendo estritamente fiéis a eliminar o estrago e usurpação de formas que o espanhol fixo ao galego através de tantos séculos de dominação linguística.

A situação do galego-português na Galiza a respeito do espanhol é de uma língua agredida a nível social e a nível propriamente linguístico. Portanto é imperiosa a necessidade de se constituir em idioma de uso normal por parte de todos os galegos e defender as nossas formas legítimas e não as que o espanhol suplantou na nossa língua. Isto deve ser sempre anteposto à fidelidade à fala porque estamos a falar da sobrevivência do nosso idioma comum na Galiza. Não se trata, pois, de um simples e estéril purismo linguístico, mas de recuperar a dignidade que nos estão a roubar.

E com isto relacionamos o 3º princípio das Normas que na teoria prefere as formas tradicionais antes que as inovadoras. É outro princípio que normalmente se transgride, começando já pelo uso das letras, que é o do espanhol basicamente e não o do galego-português tradicional, muito bem conservado pelo português actual. Como exemplo pode servir-nos o tratamento das Normas das terminações -com e -som. As formas galego-portuguesas medievais tinham estas terminações e mesmo achamos bastantes casos documentados no galego do século XIX, para serem hoje de uso escassíssimo, deslocadas por -cion e -sion na fala. O mesmo aconteceu com palavras terminadas em -co, -ça, ou -zo, -za do galego-português tradicional que em espanhol acabaram sempre em -cio, -cia e em galego actual passaram a ter esta terminação. Os autores das Normas dizem que palavras como emigración, procesión, espacio, Galicia, etc. que vinham a convergir com as formas espanholas são cultivos em galego. Como poderíamos

admitir tal argumentação quando sabemos que a entrada dos sufixos com i (emigración, procesión, espacio, Galicia...) se deu numha época em que o galego era umha língua de uso coloquial quase exclusivo e incapaz de introduzir um léxico culto já que era utilizado por um povo analfabeto no seu próprio idioma? Querem fazer-nos acreditar que o espanhol tem de ser a língua de cultura do galego? Estes "cultismos", como bastantes outros casos defendidos nas Normas (vid, Estudo, pág. 34), nom som mais que puros espanholismos que venhem a substituir e ainda hoje o están a fazer com maior força, as nossas formas legítimas. Ao serem admitidos polas Normas, rompem com a boa tradição dos escritores de princípios deste século e representantes do galeguismo histórico que pretendiam recuperar as nossas formas tradicionais e válidas e nom utilizar as espanholizadas, por muito usuais que estas fossem no galego popular. É óbvio que estas formas tradicionais e legítimas que nós pretendemos recuperar (reintegrar) som normalmente coincidentes ou mais próximas ao português.

No quarto princípio as Normas manifestam que as escolhas da língua padrom devem ser harmônicas, como já dixemos, com as línguas romances em geral e com o português em particular. Nunca tal princípio foi mais agredido, talvez porque se lhea escapou no derradeiro lugar. Nom só se fai sempre que se pode harmonia preferente com o espanhol, mas sem citá-lo, senom que, quando se cita o português, é sempre para indicar as divergências, como já tivemos dito. O distanciamento do português tem se ser salientado, o acercamento do espanhol, silenciado. E além dos exemplos citados pola minha companheira, vam permitir-me a licença de comentar dous casos que as Normas canonizam em desarmonia com o português, entanto nós preferimos as formas comuns, que resultam altamente perigosas. As quartas e as quintas pessoas dos Imperfeitos do Indicativo, dos Maia que Perfeltos, dos Futuros Hipotéticos ou Condicionais e dos Imperfeitos do Subjuntivo das três conjugações, quando regulares, som graves nas

Normas, igual que no portuguêes e no espanhol popular e em contra da norma culta destes em que som esdrúxulas. Portanto preferem escolher formas como cantabamos e nom cantávamos, cantabades e nom cantávades, cantaramos e nom cantáramos, cantarades e nom cantárades, cantariamos e nom cantaríamos, cantariades e nom cantariades, cantasemos e nom cantássemos e cantassedes e nom cantásseedes, muito apesar de que as formas graves deste último tempo som de uso bastante marginal em galego. Desta arte nom sei se os autores reparariam em que se produz umha neutralizaçon, por exemplo, entre as mesmas pessoas do Presente do Subjuntivo de amassar e as do Imperfeito do Subjuntivo de amar, dando lugar a expressons tam curiosas e possíveis como: Deus dixo que nos amasemos, onde poderíamos nom ter claro se o preceito divino está relacionado com o verbo amar (teríamos de supor o mais provável) ou amassar.

Tamém por nom harmonizar especialmente com o portuguêes e fazer gala da sua dependência do espanhol (mas com o artigo próprio do galego-portuguêes), com o nome de o cu, mesmo indicando que o nome de quê em portuguêes se deve a eufemismo, sem terem em conta que o cu é exactamente a mesma cousa em galego que em portuguêes, produzindo-se novamente umha neutralizaçon que pode levar a confusons quando os professores tivéssemos se explicar como, onde e quando se utiliza o cu.

Pondo de parte questons escatológicas que sô evidenciam a "qualidade inestimável" das canonizaçons e argumentaçons de tais Normas oficializadas por um Governo galego que em contadas ocasiõs emprega o nosso idioma, embora sistematicamente nom subsidie, profha, reprimas, etc. a todos os que defendemos na teoria e na prática a unidade lingüística galego-portuguesa, hai ainda o princípio segundo o que, por ser hierarquicamente preferente antes do quarto que estivemos a comentar (especialmente harmonia com o portuguêes), as formas temhem de passar antes por este funll para poder chegar ao quarto.

Este segundo princípio prescreve uma especial atenção às formas mais estendidas geográfica e demograficamente, quando hai mais de umha, critério que normalmente seguem, embora com alguma excepção (vid. Estudo, págs. 38-39).

Este preceito, em princípio válido, achamos que é irreversível do nosso ponto de vista, no sentido de escolher aquelas formas que, não sendo mui marginaes e minoritárias no galego falado, ainda que não necessariamente majoritárias, sejam coincidentes ou nos aproximem ao português e brasileiro, aplicando os princípios não de maneira hierárquica, mas em conjunto e todos a um tempo.

Com outras palavras: se sendo fiéis à fala eliminarmos os espanholismos que substituíram as formas galegas legítimas, começando pela grafia (princípio primeiro), o qual implicaria umha verdadeira reintegração das formas tradicionais normalmente comuns ou mais próximas do português actual e não do espanhol (princípio terceiro), e se procurarmos umha verdadeira harmonia com o português e o brasileiro na terminologia culta, na adaptação de estrangeirismos, na solução de grafias não unificadas no galego medieval, etc. (princípio quarto), elegendo quando haja mais de uma forma divergente no galego falado aquella que não sendo muito minoritária, nos aproxima ao português e ao brasileiro (princípio segundo modificado), só poderemos concluir que o galego e o português são um mesmo idioma, com as mínimas variantes que na norma galega sejam realmente funcionais, que não impedem a intercomunicação entre todos os usuários da nossa língua (vid. a nível ortográfico as que propomos no nosso Prontuário ortográfico galego, especialmente nas págs. 127-133); as fonéticas seriam talvez as mais relevantes e as gramáticas e léxicas menos significativas).

Mas por demagogia populista de sermos fiéis à fala se admitem os espanholismos fruto da colonização de tantos séculos que espoliaram o galego popular, não se recuperam as formas tradicionais, inclui-

da a grafia, que nos aproximam ao português e nos separam do espanhol, se se faz harmonia preferente com o espanhol, elegendo desnecessariamente as formas actuais que nos isolam do português, teremos algo híbrido, um idioma a meio caminho entre um galego fiel a si mesmo e o espanhol, umha língua deturpada que nos desliga da nossa verdadeira identidade.

E as amplas possibilidades de todo o tipo que pode abrir -sempre que houver a vontade e os meios de levá-las para a frente -umha prática linguística como a que nós propomos, nom podem passar despercebidas para todos nós que compartilhamos um mesmo idioma, ameaçado na sua existência e na sua essência, justamente naquel canto da Hispania onde nasceu a nossa língua hoje universal: a Galiza.

LIVROS CITADOS

COMISSOM LINGUÍSTICA: Estudo crítico das "Normas ortográficas e morfoloxicas do idioma galego", Associação Galega da Língua (AGAL), Corunha, 1983 (cit. abrev. como Estudo).

" " Prontuário ortográfico galego, Associação Galega da Língua (AGAL), Corunha, 1985.

INSTITUTO DA LÍNGUA GALEGA - REAL ACADEMIA GALEGA : Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego, Vigo, 1982 (cit. abrev. como Normas).

DEBATE

JOSÉ VICTOR ADRAGÃO : Não vou fazer uma intervenção, vou pura e simplesmente dizer que estive com uma grande atenção e gostei muito de vos ouvir. E parece-me que seria um lugar comum tornar a falar do interesse que há no contacto, nas relações íntimas que há entre linguistas galegos e portugueses e do muito que nós temos a prender convosco, sobretudo os dialéctólogos, os sociolinguistas, os que fazem

Linguística histórica do português. Mas queria fazer-vos uma pergunta muito concreta: "O que é que a AGAL pensa que a Associação Portuguesa de Linguística lhe pode dar? É uma pergunta muito concreta.

CARMO SALIDO : Simplesmente um reconhecimento. Isso é algo, não? E depois eu entendo que toda a agressão ao galego é uma agressão ao português. Porque se estamos dentro de um mesmo sistema, tudo o que se fala contra o galego é uma agressão contra o português. Porque estão a começar indirectamente políticas de agressão (eu tenho-as comprovado no Brasil). Eu noto no Brasil problemas muito parecidos com os da Galiza. É o pretexto do falso populismo, o pretexto da língua falada. A língua que se fala nunca coincide em nenhum lugar e por toda a parte aparecem fenómenos divergentes da norma. Mas esta é uma realidade que existe em todas as línguas do mundo. Quando houver que mudar, primeiro que mudem os ingleses, os franceses, os alemães, depois os alemães de cima, os alemães de baixo, os alemães do centro. Isso parece-me muito bem. Mas relativamente ao problema da dialectologia, estamos quase no século XXI e é importante comprovar a realidade dialectal de Portugal. Mas isso não deve constituir obstáculo para defender uma unidade. Se não seria uma casa de tolos. Se cada um escrevesse como fala, então não sei que português teríamos. Mas, por outro lado, observo por parte dos portugueses segundo me disseram, uma certa cobardia. "Claro, isso é outro país. Nós vamos interferir? É um problema que está lá". Eu claro, entendo que o problema está aqui, está ao lado. Eu penso que reconhecem que esse problema existe e penso que deve haver um pouco de solidariedade. Como nós somos um grupo marginalizado, perseguido, somos pouco menos que os logistas que estamos invadindo a Galiza; pois pelo menos pedimos a Associação Portuguesa de Linguística uma espécie de reconhecimento espiritual e solidariedade. Do mesmo modo que estamos solidários com o povo de tal sítio. No caso, por exemplo, de um terramoto. Isso é o que a AGAL pode pedir. Não vai pedir dinheiro porque não

tendes. Não vai pedir que façais a invasão da Galiza. Se não simplesmente uma solidariedade, um reconhecimento de que este conflito existe no país. E mais nada. Eu penso, pela minha parte, que é o que se pode pedir. Simplesmente insistimos que há este conflito no país e toda a agressão ao galego é uma agressão ao português.